



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE SANTA CRUZ DO SUL EM 10.04.2018

Aos 10 dias do mês de abril de 2018, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Santa Cruz do Sul o Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, **MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA**, acompanhado de sua equipe, Tatiana de Vargas Lisbôa, Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, e Luciana Ferreira Mendes Ribeiro, Assistente de Gabinete da Vice-Corregedoria, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001598-26.2018.5.04.0000. Todos foram recebidos pelo Juíza Diretora do Foro, Luciana Böhm Stahnke, pelo Coordenador Juliano Loose Maus e pelos demais servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 09.03.2017

Data de Implantação do PJe: 12.09.2014

Jurisdição: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz.

1.1 Período Correcionado: de 1º.03.2017 a 28.02.2017

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Luciana Böhm Stahnke	3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Santa Cruz do Sul gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.

2.2.1 Servidores Lotados

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária



1	Juliano Loose Maus	Coordenador (CJ1)	08.04.2014
2	Sergio Antonio Stroher	Assistente (FC02)	08.04.2014
3	Gerson Stertz	-	08.04.2014
4	Luciano Job	-	08.04.2014
5	Marcia Helena Gressler Trindade	-	08.04.2014

Servidores Lotados na Central de Mandados

Servidor	Cargo	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	01.03.1999
2		30.03.2015
3		01.07.2009
4		22.09.1998
5		03.04.2007
6		31.07.2001

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 02.04.2018)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Ausências dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro

Servidor	Tipo de Ausência	Nº de dias	Total
Gerson Stertz	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	3
Luciano Job	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	15	
	TREF- Fruição dos dias trabalhados nas eleições	2	20
	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	3	



Marcia Helena Gressler Trindade	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	1
---------------------------------	--	---	---

Servidores Lotados na Central de Mandados			
Servidor	Tipo de Ausência	Nº de dias	Total
Fabricio Carvalho Franco	CRPR - CURSO PARCIAL	1	14
	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	5	
	FALC- Falecimento Pessoa da Família	8	
Fabricio Raimundo Rohde	CRPR - CURSO PARCIAL	1	2
	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	1	
Gilberto Nagel	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	30	30
Jeferson Borowsky	CRPR - CURSO PARCIAL	1	2
	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	1	
Luiz Carlos Temes De Quadros	CRPR - CURSO PARCIAL	1	4
	CURS- Cursos, congressos, seminários, etc	1	
	DPON- Dispensa do ponto	2	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 02.04.2018)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

Conforme consulta ao Sistema BI TRT4 em 02.04.2018, verificou-se que não houve movimentação de servidores na Unidade Judiciária durante o período correcionado, tanto na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro quanto na Central de Mandados.

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 02.04.2018)

3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

	CERTIDÕES NEGATIVAS		
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2016/03 a 2017/02	1.988	R\$ 9.194,54	R\$ 1.804,55
Média mensal	165,67	R\$ 766,21	R\$ 150,38
2017/03 a 2018/02	1.970	R\$ 3.995,00	R\$ 6.900,85
Média mensal	164,17	R\$ 332,92	R\$ 575,07
Varição	-0,91%	-56,55%	282,41%

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 22.03.2018)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 164,17 certidões negativas por mês em 2017, média relativamente inferior à verificada no ano anterior. Via de regra, as certidões negativas solicitadas são entregues/enviadas por e-mail no dia posterior à solicitação, exceto quando o solicitante vem de



outro Município, ocasião em que são entregues no mesmo dia, de acordo com a informação prestada pelo Coordenador.

Após a expedição da certidão, os requerimentos e eventuais documentos e a guia comprovante de recolhimento de emolumentos (GRU) são eliminados após decorridos 180 dias.

A Unidade lança no programa “Boletim Foro” os emolumentos dispensados quando da expedição e envio mediante e-mail das CEAT – Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas.

3.2 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS NO SISTEMA INFORMATIZADO

	2016/03 a 2017/02	2017/03 a 2018/02	Variação
Ação anulatória	-	-	-
Ação cautelar	-	-	-
Ação de cumprimento	-	-	-
Outros	1	-	-100,00%
Carta de sentença	2	6	200,00%
Embargos de Terceiro	19	2	-89,47%
Reclamatória-Ordinário	6	1	-83,33%
TOTAL	28	9	-67,86%
MÉDIA POR MÊS	2,33	0,75	-67,86%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.03.2018)

No ano de 2017, foram distribuídas 9 novas ações no Foro de Santa Cruz do Sul, registrando-se uma média mensal de 0,75 distribuições. Esse número foi inferior em 19 distribuições às ações distribuídas em 2016, constatando-se uma queda de 67,86% na média mensal de distribuições. Essa redução é justificada pela implantação do sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no Foro Trabalhista de Santa Cruz do Sul a partir de 12.09.2014.

3.3 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

	Petições e documentos protocolados		
	Total	Dias úteis	Média/dia
2016/03 a 2017/02	15.922	219	72,70
2017/03 a 2018/02	9.613	221	43,50
Variação	-39,62%	0,91%	-40,17%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.03.2018)

No ano de 2017, foram protocolizadas 9.613 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 221 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se uma queda de 40,17% na média de petições e documentos protocolizados. Isso porque, assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Santa Cruz do Sul.



3.4 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCr, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Santa Cruz do Sul fica no subsolo do prédio.

Conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, constatou-se que a unidade recebe os lotes enviados pelas Varas e confere se os processos listados estão todos no pacote, se os apensados constam da lista, se o número de volumes está correto e se foi lançado o termo de remessa nos autos, bem como se os documentos depositados em secretaria acompanham os autos. Em caso de equívoco, devolve o processo à respectiva Vara para as devidas providências.

3.5 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0153800-32.1995.5.04.0731	27/02/2018	13/03/2018	10
0045800-51.2003.5.04.0732	06/03/2018	20/03/2018	3
0000164-47.2012.5.04.0732	07/03/2018	21/03/2018	2

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.03.2018)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 3 processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCr, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Santa Cruz do Sul está dividida em seis setores:

Setor 01 – Oficial de Justiça Carlos Alberto Muller: compreende parte do município de Santa Cruz do Sul, os municípios de Venâncio Aires e Mato Leitão e as seguintes localidades: Mariante, Palanque, Santa Tecla, Linha Herval, Linha Deodoro, Linha Brasil – VA, Linha Arroio Grande, Linha Sapé, Linha Mal. Floriano, Travessão Mariante e RST- do km 56 ao km 86

Setor 02 – Oficial de Justiça Jefferson Borowsky: compreende os municípios de Santa Cruz do Sul, Encruzilhada do Sul e Pântano Grande.

Setor 03 – Oficial de Justiça Fabricio Raimundo Rohde: compreende parte do município de Santa Cruz do Sul, os municípios de Rio Pardo e Passo do Sobrado e as localidades de Passo da Mangueira, Malhada, Rincão Del Rey, São José da Reserva, Cerro Alegre, Capão da Cruz, Arroio do Couto e Distrito Industrial (até o pedágio de Santa Cruz do Sul).



Setor 04 – Oficial de Justiça Fabrício Carvalho Franco: compreende parte do município de Santa Cruz do Sul, os municípios de Arroio do Tigre, Estrela Velha, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Segredo, Sobradinho e a localidade Lagoãozinho (loc. De Arroio do Tigre).

Setor 05 – Oficial de Justiça Gilberto Nagel: compreende parte do município de Santa Cruz do Sul, os municípios de Candelária, Vera Cruz e Vale do Sol, e as localidades de Albardão (Rio Pardo), Bexiga (Rio Pardo), São João da Serra, Linha Progresso, Linha Dona Josefa e RST 287 – do Km 108 ao 154.

Setor 06 – Oficial de Justiça Luiz Carlos Temes de Quadros: compreende parte do município de Santa Cruz do Sul, os municípios de Sinimbu, Boqueirão do Leão e Herveiras e as localidades de: São Martinho, Rio Pardinho, Paredão, Linha Alto Paredão, Linha Travessa, Linha Araçá, Linha Cinco, Linha Sete Léguas, Linha 4 Léguas, Linha 7 Setembro, Travessão Dona Josefa, Pinheiral, Linha Chaves, Linha João Alves, Linha Boa Vista, Linha Santa Cruz, 4ª Linha Nova, Linha Nova, Monte Alverne, Linha Antão, Linha Saraiva, Linha Júlio de Castilhos, Linha Felipe Nery, Linha Arroio do Tigre, Linha Brasil (Sta Cruz), Linha Áustria, Linha Seival, Linha Eugênia e RST 287 – do km 87 a 107.

Em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCR, o Coordenador da Central de Mandados informou que o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada 06 meses, nos meses de maio e novembro.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato do Coordenador da Central de Mandados, os mandados são distribuídos uma vez por semana, sempre nas segundas-feiras, com exceção dos plantões - que são distribuídos no mesmo momento em que recebidos pela CCDF ao Oficial de Justiça de plantão ou ao Oficial que está cumprindo diligência naquele local (para encaixar no roteiro). Os mandados de caráter urgente são distribuídos de modo que possam ser cumpridos em tempo hábil. Os mandados de plantão e os de caráter urgente são devolvidos à Vara imediatamente após a devolução pelo Oficial de Justiça. Os demais são devolvidos uma vez por semana.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
	Total	Média mensal
2016/03 a 2017/02	1.309	109,08
2017/03 a 2018/02	1.114	92,83
Variação	-14,90%	-14,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 19.03.2018)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal



2016/03 a 2017/02	4.270	355,83
2017/03 a 2018/02	4.369	364,08
Variação	2,32%	2,32%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 19.03.2018)

Em 2017/03 a 2018/02, a Central de Mandados de Santa Cruz do Sul recebeu 5.483 mandados, sendo 1.114 de processos físicos e 4.369 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 456,92 mandados recebidos, 1,72% menor do que a média verificada em 2016/03 a 2017/02.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 14,90% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos em 2017, ao passo que a média de mandados de processos eletrônicos subiu 2,32% no mesmo período.

4.3.2. Cumprimento de mandados

NÚMERO DE MANDADOS CUMPRIDOS – PROCESSOS FÍSICOS			
	2016/03 a 2017/02	2017/03 a 2018/02	Variação
Busca e Apreensão	54	37	-31,48%
Citação	456	275	-39,69%
Notificação	262	168	-35,88%
Penhora	331	225	-32,02%
Outros	271	384	41,70%
TOTAL	1.374	1.089	-20,74%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 19.03.2018)

NÚMERO DE MANDADOS CUMPRIDOS – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)			
	2016/03 a 2017/02	2017/03 a 2018/02	Variação
Notificação	3.515	2.621	-25,43%
Mandado	783	1.680	114,56%
Ofícios	53	47	-11,32%
TOTAL	4.351	4.348	-0,07%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 19.03.2018)

Foram cumpridos 5.437 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2017/03 a 2018/02, dos quais 1.089 oriundos de processos físicos e 4.348 de processos eletrônicos. Dessa forma, houve redução de 288 mandados cumpridos em 2017/03 a 2018/02 na comparação com 2016/03 a 2017/02, correspondendo a uma queda de 5,03%.

Em relação aos tipos de diligência, nos processos físicos, a citação foi a espécie mais frequente em 2016 (456), seguida pela penhora (331), enquanto em 2017 o tipo de diligência mais comum passou a ser a da espécie “outros” (384) seguida pela citação (275). Já nos processos eletrônicos, tanto em 2016 como em 2017, as notificações foram as mais frequentes, seguidas pelos mandados de execução.



4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

TEMPO PARA CUMPRIMENTO DOS MANDADOS, EM DIAS – PROCESSOS FÍSICOS			
	2016/03 a 2017/02	2017/03 a 2018/02	Variação
Busca e Apreensão	6,94	7,03	1,19%
Citação	11,78	7,49	-36,43%
Notificação	9,07	8,47	-6,60%
Penhora	22,66	17,20	-24,09%
Outros	8,84	4,99	-43,57%
PRAZO MÉDIO GERAL	13,11	8,75	-33,28%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 19.03.2018)

TEMPO PARA CUMPRIMENTO DOS MANDADOS, EM DIAS – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJE-JT)			
	2016/03 a 2017/02	2017/03 a 2018/02	Variação
Notificação	12,71	10,03	-21,12%
Mandado	17,34	16,16	-6,82%
Ofício	9,77	7,30	-25,33%
PRAZO MÉDIO GERAL	13,51	12,37	-8,46%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 19.03.2018)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados de Santa Cruz do Sul caiu 4 dias em 2017, na comparação com o ano anterior. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado em 2017, constata-se que, excetuadas as conduções de testemunhas, as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores (levando, em média, 17,20 dias), seguidas pelas notificações, cuja média foi de 8,47 dias. Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nas da espécie “outros” (4,99 dias). Por sua vez, os dados colhidos entre março de 2016 e fevereiro de 2018 apontam uma nova queda do prazo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos – para 8,75 dias, o que corresponde a um recuo de 33,28%.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 12,37 dias em 2017. Dentre esses, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (16,16 dias), enquanto os ofícios são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (7,30 dias). Por sua vez, as informações colhidas em relação ao período de 2017/03 a 2018/02, apontam redução do tempo médio para cumprimento dos mandados de 13,51 para 12,37 dias, lapso 8,46% inferior ao verificado em 2016/03 a 2017/02.

4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

NÚMERO E PERCENTUAL DE MANDADOS DEVOLVIDOS COM ATRASO – PROCESSOS FÍSICOS				
	2016/03 a 2017/02		2017/03 a 2018/02	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	17	31,48%	11	29,73%
Citação	174	38,16%	63	22,91%
Notificação	88	33,59%	49	29,17%
Penhora	203	61,33%	107	47,56%
Outros	73	26,94%	53	13,80%
TOTAL GERAL	555	40,39%	283	25,99%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 19.03.2018)



NÚMERO E PERCENTUAL DE MANDADOS DEVOLVIDOS COM ATRASO - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2016/03 a 2017/02		2017/03 a 2018/02	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Notificação	1.755	49,93%	999	38,12%
Mandado	511	65,26%	957	56,96%
Ofício	16	30,19%	8	17,02%
TOTAL GERAL	2.282	52,45%	1.964	45,17%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 19.03.2018)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal, embora tenha diminuído em relação à correção do período anterior.

Em relação aos processos físicos, constatou-se que foram devolvidos 283 mandados após o decurso do prazo legal em 2017, valor correspondente a 25,99% de todos os mandados cumpridos, tendo havido redução em relação aos dados de 2016, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 40,39% do total de mandados cumpridos. A penhora foi a espécie de mandados com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2017 (47,56%), seguida pela busca e apreensão (29,73%).

Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 1964 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores em 2017, que equivale a 45,17% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre essas diligências, aquelas classificadas como “mandados” apresentam maior índice de devolução com atraso (56,96%). Verificou-se tendência de queda do percentual de mandados de processos judiciais eletrônicos cumpridos intempestivamente do período de 2016/03 a 2017/02 ao período de 2017/03 a 2018/02.

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos na Unidade Judiciária:

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0000207-16.2014.5.04.0731	NOTIFICAÇÃO	28/11/2016	01/03/17 13:50	93
0001343-79.2013.5.04.0732	PENHORA	30/10/2017	30/01/18 11:00	92
0001343-79.2013.5.04.0732	PENHORA	30/10/2017	30/01/18 11:00	92
0100000-34.2005.5.04.0733	OUTROS	05/12/2016	06/03/17 09:50	91
0001085-69.2013.5.04.0732	PENHORA	27/11/2017	21/02/18 11:53	86
0000445-97.2012.5.04.0733	PENHORA	23/11/2017	14/02/18 14:50	83
0000195-02.2014.5.04.0731	PENHORA	20/11/2017	07/02/18 11:00	79
0062400-37.2009.5.04.0733	OUTROS	03/07/2017	11/09/17 15:25	70
0000062-85.2013.5.04.0733	PENHORA	09/10/2017	18/12/17 16:10	70
0000597-85.2011.5.04.0732	PENHORA	21/08/2017	30/10/17 12:10	70



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

0000274-78.2014.5.04.0731	CITAÇÃO	24/07/2017	28/09/17 13:40	66
0000292-36.2013.5.04.0731	PENHORA	24/07/2017	28/09/17 13:40	66
0085500-89.2007.5.04.0733	PENHORA	10/07/2017	13/09/17 11:10	65
0086000-61.2007.5.04.0732	OUTROS	08/05/2017	11/07/17 12:50	64
0000399-77.2013.5.04.0732	PENHORA	27/03/2017	30/05/17 16:10	64

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 19.03.2018)

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos – PJe)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020443-15.2016.5.04.0732	Mandado	14.02.2017	28.09.2017	226
0020792-49.2015.5.04.0733	Mandado	07.09.2016	01.03.2017	175
0020851-66.2017.5.04.0733	Notificação	05.09.2017	11.01.2018	128
0020345-04.2014.5.04.0731	Mandado	16.11.2017	14.02.2018	90
0021223-55.2016.5.04.0731	Mandado	17.08.2017	13.11.2017	88
0021178-14.2017.5.04.0732	Notificação	21.11.2017	14.02.2018	85
0020207-66.2016.5.04.0731	Mandado	20.03.2017	12.06.2017	84
0020512-78.2015.5.04.0733	Mandado	16.11.2017	08.02.2018	84
0021272-59.2017.5.04.0732	Mandado	27.11.2017	19.02.2018	84
0020127-02.2016.5.04.0732	Mandado	25.08.2017	16.11.2017	83
0021158-54.2016.5.04.0733	Mandado	25.08.2017	13.11.2017	80
0021315-67.2015.5.04.0731	Mandado	20.03.2017	07.06.2017	79
0021142-69.2017.5.04.0732	Mandado	05.12.2017	19.02.2018	76
0021367-63.2015.5.04.0731	Mandado	12.12.2017	26.02.2018	76
0020867-57.2016.5.04.0732	Mandado	14.12.2017	28.02.2018	76
0020788-81.2016.5.04.0731	Mandado	31.08.2017	13.11.2017	74
0020788-81.2016.5.04.0731	Mandado	31.08.2017	13.11.2017	74
0020638-97.2016.5.04.0732	Mandado	07.10.2017	19.12.2017	73
0020980-71.2017.5.04.0733	Notificação	24.11.2017	05.02.2018	73
0021190-05.2017.5.04.0772	Notificação	24.11.2017	05.02.2018	73

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 19.03.2018)



4.3.5 Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado

Por meio de consulta aos sistemas informatizado inFOR e PJe-JT, realizada no dia 19.03.2018, foi constatada a existência de 88 mandados (26 físicos e 62 eletrônicos) sem registro de cumprimento no prazo, conforme listagens abaixo:

MANDADOS EM ABERTO NO SISTEMA – PROCESSOS FÍSICOS						
	Nº Processo	Nº Carga OJ	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0000444-55.2011.5.04.0731	731-00476/17	18/12/2017	PENHORA	CARLOS	94
2	0000303-93.2012.5.04.0733	733-00016/18	29/01/2018	PENHORA	GILBERTO	52
3	0000770-43.2010.5.04.0733	733-00019/18	29/01/2018	PENHORA	CARLOS	52
4	0000925-13.2014.5.04.0731	731-00010/18	05/02/2018	NOTIFICAÇÃO	GILBERTO	45
5	0000208-97.2011.5.04.0733	733-00045/18	14/02/2018	PENHORA	GILBERTO	36
6	0000613-36.2011.5.04.0733	733-00035/18	14/02/2018	PENHORA	GILBERTO	36
7	0000681-81.2014.5.04.0732	732-00022/18	14/02/2018	BUSCA E APREENSÃO	GILBERTO	36
8	0001200-63.2008.5.04.0733	733-00041/18	14/02/2018	PENHORA	CARLOS	36
9	0075600-20.2009.5.04.0731	733-00034/18	14/02/2018	PENHORA	GILBERTO	36
10	0103200-49.2005.5.04.0733	733-00046/18	14/02/2018	PENHORA	CARLOS	36
11	0200700-18.2005.5.04.0733	733-00047/18	14/02/2018	PENHORA	CARLOS	36
12	0000231-41.2014.5.04.0732	732-00031/18	26/02/2018	NOTIFICAÇÃO	GILBERTO	24
13	0000545-87.2014.5.04.0731	731-00013/18	26/02/2018	CITAÇÃO	FFRANCO	24
14	0000552-47.2012.5.04.0732	732-00043/18	26/02/2018	PENHORA	JEFERSON	24
15	0000660-11.2014.5.04.0731	731-00019/18	26/02/2018	CITAÇÃO	FFRANCO	24
16	0000660-11.2014.5.04.0731	731-00020/18	26/02/2018	CITAÇÃO	FFRANCO	24
17	0000826-74.2013.5.04.0732	732-00044/18	26/02/2018	PENHORA	GILBERTO	24
18	0056300-40.2007.5.04.0732	732-00028/18	26/02/2018	OUTROS	CARLOS	24



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

19	0064200-06.2009.5.04.0732	732-00030/18	26/02/2018	NOTIFICAÇÃO	GILBERTO	24
20	0000358-73.2014.5.04.0733	733-00051/18	05/03/2018	PENHORA	GILBERTO	17
21	0000466-13.2011.5.04.0732	732-00047/18	05/03/2018	NOTIFICAÇÃO	FFRANCO	17
22	0000466-13.2011.5.04.0732	732-00048/18	05/03/2018	NOTIFICAÇÃO	FFRANCO	17
23	0000822-97.2014.5.04.0733	733-00054/18	05/03/2018	PENHORA	CARLOS	17
24	0000918-15.2014.5.04.0733	733-00052/18	05/03/2018	PENHORA	GILBERTO	17
25	0001226-88.2013.5.04.0732	732-00052/18	05/03/2018	NOTIFICAÇÃO	FABRICIO	17
26	0042500-57.1998.5.04.0732	732-00049/18	05/03/2018	NOTIFICAÇÃO	GILBERTO	17

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 19.03.2018)

MANDADOS EM ABERTO NO SISTEMA – PROCESSOS ELETRÔNICOS – PJE-JT					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0021111-20.2015.5.04.0732	07/10/2017	Mandado	JULIANO LOOSE MAUS	166
2	0020975-89.2016.5.04.0731	14/12/2017	Mandado	GILBERTO NAGEL	98
3	0020792-49.2015.5.04.0733	09/01/2018	Mandado	CARLOS ALBERTO MULLER	72
4	0020005-95.2018.5.04.0771	12/01/2018	Mandado	LUIZ CARLOS TEMES DE QUADROS	69
5	0020905-53.2016.5.04.0123	16/01/2018	Mandado	FABRICIO CARVALHO FRANCO	65
6	0020912-92.2015.5.04.0733	17/01/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	64
7	0021107-09.2017.5.04.0733	18/01/2018	Mandado	FABRICIO CARVALHO FRANCO	63
8	0020962-24.2015.5.04.0732	19/01/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	62
9	0020234-12.2017.5.04.0732	24/01/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	57
10	0021009-27.2017.5.04.0732	24/01/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	57
11	0000804-84.2011.5.04.0732	25/01/2018	Mandado	FABRICIO CARVALHO FRANCO	56
12	0020626-80.2017.5.04.0851	31/01/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	50
13	0020186-90.2016.5.04.0731	01/02/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	49
14	0020297-11.2015.5.04.0731	01/02/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	49
15	0021190-05.2017.5.04.0772	07/02/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	43
16	0021315-61.2015.5.04.0733	10/02/2018	Mandado	FABRICIO CARVALHO FRANCO	40
17	0021223-89.2015.5.04.0731	14/02/2018	Mandado	FABRICIO CARVALHO FRANCO	36
18	0020689-71.2017.5.04.0733	15/02/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	35
19	0020732-90.2015.5.04.0211	21/02/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	29
20	0020533-83.2017.5.04.0733	21/02/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	29



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

21	0020996-65.2016.5.04.0731	27/02/2018	Mandado	FABRICIO RAIMUNDO ROHDE	23
22	0020256-44.2015.5.04.0731	28/02/2018	Mandado	JEFERSON BOROWSKY	22
23	0020056-22.2015.5.04.0251	28/02/2018	Mandado	FABRICIO CARVALHO FRANCO	22
24	0020256-44.2015.5.04.0731	28/02/2018	Mandado	FABRICIO CARVALHO FRANCO	22
25	0020469-16.2016.5.04.0731	28/02/2018	Mandado	JEFERSON BOROWSKY	22
26	0020065-91.2018.5.04.0731	28/02/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	22
27	0020977-93.2015.5.04.0731	01/03/2018	Mandado	FABRICIO CARVALHO FRANCO	21
28	0020977-93.2015.5.04.0731	01/03/2018	Mandado	FABRICIO CARVALHO FRANCO	21
29	0020272-95.2015.5.04.0731	01/03/2018	Mandado	FABRICIO CARVALHO FRANCO	21
30	0020125-31.2018.5.04.0451	02/03/2018	Mandado	JEFERSON BOROWSKY	20
31	0021053-17.2015.5.04.0732	02/03/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	20
32	0020052-86.2018.5.04.0733	02/03/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	20
33	0020072-80.2018.5.04.0732	02/03/2018	Mandado	FABRICIO CARVALHO FRANCO	20
34	0020027-12.2018.5.04.0721	05/03/2018	Mandado	JEFERSON BOROWSKY	17
35	0020990-58.2016.5.04.0731	06/03/2018	Mandado	CARLOS ALBERTO MULLER	16
36	0020990-58.2016.5.04.0731	06/03/2018	Mandado	CARLOS ALBERTO MULLER	16
37	0000090-25.2014.5.04.0731	06/03/2018	Mandado	CARLOS ALBERTO MULLER	16
38	0020081-84.2014.5.04.0731	06/03/2018	Mandado	FABRICIO RAIMUNDO ROHDE	16
39	0020505-92.2015.5.04.0731	06/03/2018	Mandado	FABRICIO RAIMUNDO ROHDE	16
40	0020067-55.2018.5.04.0733	06/03/2018	Mandado	LUIZ CARLOS TEMES DE QUADROS	16
41	0020115-54.2017.5.04.0731	06/03/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	16
42	0020086-64.2018.5.04.0732	06/03/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	16
43	0020059-81.2018.5.04.0732	06/03/2018	Mandado	FABRICIO CARVALHO FRANCO	16
44	0020043-89.2014.5.04.0305	07/03/2018	Mandado	LUIZ CARLOS TEMES DE QUADROS	15
45	0020090-07.2018.5.04.0731	07/03/2018	Mandado	JEFERSON BOROWSKY	15
46	0020088-37.2018.5.04.0731	07/03/2018	Mandado	JEFERSON BOROWSKY	15
47	0021225-59.2015.5.04.0731	07/03/2018	Mandado	FABRICIO RAIMUNDO ROHDE	15
48	0021083-81.2017.5.04.0732	07/03/2018	Mandado	FABRICIO RAIMUNDO ROHDE	15
49	0020747-14.2016.5.04.0732	08/03/2018	Mandado	CARLOS ALBERTO MULLER	14
50	0020747-14.2016.5.04.0732	08/03/2018	Mandado	CARLOS ALBERTO MULLER	14
51	0020788-81.2016.5.04.0731	08/03/2018	Mandado	FABRICIO CARVALHO FRANCO	14
52	0020788-81.2016.5.04.0731	08/03/2018	Mandado	FABRICIO CARVALHO FRANCO	14
53	0020557-20.2017.5.04.0731	08/03/2018	Mandado	FABRICIO CARVALHO FRANCO	14
54	0020825-68.2017.5.04.0733	08/03/2018	Mandado	FABRICIO RAIMUNDO ROHDE	14
55	0020593-59.2017.5.04.0732	09/03/2018	Mandado	CARLOS ALBERTO MULLER	13
56	0020065-85.2018.5.04.0733	09/03/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	13
57	0020764-50.2016.5.04.0732	09/03/2018	Mandado	CARLOS ALBERTO MULLER	13



58	0020092-71.2018.5.04.0732	09/03/2018	Mandado	CARLOS ALBERTO MULLER	13
59	0020067-61.2018.5.04.0731	09/03/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	13
60	0020593-59.2017.5.04.0732	09/03/2018	Mandado	CARLOS ALBERTO MULLER	13
61	0020067-61.2018.5.04.0731	09/03/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	13
62	0020950-36.2017.5.04.0733	09/03/2018	Mandado	GILBERTO NAGEL	13

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 19.03.2018)

4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Santa Cruz do Sul.

CARLOS ALBERTO MULLER				
INFOR				
	2016/03 a 2017/02		2017/03 a 2018/02	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	05	06	07	07
Citação	72	78	57	53
Notificação	41	40	35	37
Penhora	53	61	46	42
Outros	39	38	53	54
Total	210	223	198	193
PJe-JT				
	2016/03 a 2017/02		2017/03 a 2018/02	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	482	496	409	415
Mandado	141	136	351	344
Ofício	06	06	05	05
Total	629	638	765	764

FABRICIO RAIMUNDO ROHDE				
INFOR				
	2016/03 a 2017/02		2017/03 a 2018/02	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	14	15	06	06
Citação	66	67	52	52
Notificação	47	49	35	35
Penhora	59	63	28	27
Outros	47	47	54	54
Total	233	241	175	174
PJe-JT				
	2016/03 a 2017/02		2017/03 a 2018/02	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	635	661	407	420
Mandado	146	143	288	279
Ofício	07	07	10	10



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Total	788	811	705	709
FABRICIO CARVALHO FRANCO				
INFOR				
2016/03 a 2017/02		2017/03 a 2018/02		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	06	06	08	08
Citação	77	77	60	57
Notificação	54	54	22	22
Penhora	52	52	41	41
Outros	46	46	81	81
Total	235	235	212	209
PJe-JT				
2016/03 a 2017/02		2017/03 a 2018/02		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	571	563	481	495
Mandado	135	132	262	250
Ofício	10	10	10	10
Total	716	705	753	755
GILBERTO NAGEL				
INFOR				
2016/03 a 2017/02		2017/03 a 2018/02		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	06	07	07	06
Citação	67	81	20	20
Notificação	22	29	19	17
Penhora	31	49	36	30
Outros	47	46	65	65
Total	173	212	147	138
PJe-JT				
2016/03 a 2017/02		2017/03 a 2018/02		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	424	456	294	312
Mandado	76	85	263	232
Ofício	02	02	05	05
Total	502	543	562	549
JEFERSON BOROWSKY				
INFOR				
2016/03 a 2017/02		2017/03 a 2018/02		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	11	11	06	06
Citação	75	75	66	64
Notificação	64	64	31	29
Penhora	55	55	35	32
Outros	29	29	53	53
Total	234	234	191	184
PJe-JT				



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

2016/03 a 2017/02		2017/03 a 2018/02		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	623	626	515	517
Mandado	138	139	276	266
Ofício	16	16	04	04
Total	777	781	795	787
LUIZ CARLOS TEMES DE QUADROS				
INFOR				
2016/03 a 2017/02		2017/03 a 2018/02		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	09	09	04	04
Citação	76	78	29	29
Notificação	25	26	28	28
Penhora	49	51	53	53
Outros	65	65	77	77
Total	224	229	191	191
PJe-JT				
2016/03 a 2017/02		2017/03 a 2018/02		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	623	641	413	413
Mandado	135	140	291	279
Ofício	10	10	12	12
Total	768	791	716	704
JULIANO LOOSE MAUS				
INFOR				
2016/03 a 2017/02		2017/03 a 2018/02		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00
Citação	00	00	00	00
Notificação	00	00	00	00
Penhora	00	00	00	00
Outros	00	00	00	00
Total	00	00	00	00
PJe-JT				
2016/03 a 2017/02		2017/03 a 2018/02		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	80	72	41	49
Mandado	08	08	31	30
Ofício	02	02	01	01
Total	90	82	73	80

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados de Santa Cruz do Sul encontram-se vinculadas a Foro Trabalhista de médio porte. Segundo o Coordenador, a quantidade atual de quatro servidores é ideal tendo em vista o atendimento ao público externo e aos advogados com dúvidas em relação ao PJE. Referiu que um servidor irá se aposentar no



presente ano, mas não solicitará reposição. A unidade encontra-se bem organizada e a forma de funcionamento é integrada entre a CCDF e a CDM. As instalações são adequadas e o espaço físico, por ora, é suficiente. O processo eletrônico foi instalado no Foro em 12.09.2014. Houve redução no número de processos físicos em tramitação. Com essa alteração, a CCDF passou a auxiliar os advogados no uso do PJe e a prestar informações às partes sobre os andamentos dos processos eletrônicos.

Também auxilia no cadastramento dos processos (CLE), utilizando um scanner e uma impressora multifuncional para fazer a digitalização. A unidade recebe o protocolo de todas as petições físicas e faz os respectivos lançamentos no sistema inFOR. Imprime e faz os lançamentos das petições protocolados no sistema VIPE e nas recebidas pelo correio, de terceiros, as quais são digitalizadas e incluídas nos processos eletrônicos.

Nos processos vindos do Cível também digitaliza e cadastra no sistema do PJE.

A unidade referiu não ter tido reclamações verbais no período correccionado.

Houve aumento de pedido de certidões negativas e do volume de autenticações, já que os pedidos que são feitos por e-mail não se cobram mais emolumentos. Ressaltou o Coordenador que os pedidos de certidões por escrito não chegam a 5% do volume produzido, sendo, como referido, a maioria por e-mail.

A unidade também é responsável pelo arquivo do foro. Conforme relato do Coordenador, os processos arquivados estão no subsolo do prédio, em 2 salas, possuindo o local problema crônico de umidade. Segundo o Coordenador, já está sendo providenciada reforma com drenos para melhorar o armazenamento dos processos.

No período correccionado houve remessa de processos ao depósito centralizado em Porto Alegre, uns 300 lotes, o que solucionou por curto período o problema de espaço. É atribuição da CCDF administrar o trabalho da central de mandados.

Não foram constatados problemas no cumprimento de mandados mas, sim, redução no tempo médio de cumprimento. O mesmo ocorreu com o percentual de mandados devolvidos com atraso que igualmente reduziu de 52,45% para 45,17%. Conforme se verificou, os mandados nos processos físicos eram, em média, de 13,11 e passaram para 8,75 dias, enquanto que nos eletrônicos era de 13,51 dias e passaram para 12,37. Verificou-se que, excetuadas as conduções de testemunhas, as penhoras com avaliação demandam mais tempo para serem cumpridas, o que é razoável diante da dificuldade de se avaliar um objeto e ainda encontra-lo no local. O Coordenador citou, como exemplo, a situação de que um oficial de justiça foi cumprir um mandado de penhora na empresa reclamada situada em Município próximo, mas os veículos estavam na própria cidade de Santa Cruz do Sul em outro local.

Nas férias do oficial, se forem por períodos de até 10 dias, os mandados são reservados, permanecendo com o oficial para os quais foram distribuídos inicialmente. Se as férias forem em período superior, são distribuídos para aquele que estava anteriormente no setor.

Por fim, pela análise dos dados disponíveis a essa Vice-Corregedoria e pelos obtidos durante a visita, merece parabéns o Coordenador Juliano Loose Maus e a sua equipe pela dedicação ao trabalho e pelos bons resultados obtidos.

6 OUVIDORIA

Não consta na Ouvidoria deste TRT expediente relativo à Coordenadoria da Direção do Foro e Central de Mandados de Santa Cruz do Sul durante o período correccionado.

7 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.5 (Livro carga de advogados)



Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR.

ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

8 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Coordenador Juliano Loose Maus e os demais servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Sala de Audiências da 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul no dia 09.04.2017, das 15h às 15h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Especificamente em relação à Coordenadoria de Controle de Direção do Foro e à Central de Mandados, não houve manifestação.

9 PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador Juliano Loose Maus deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

10 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Coordenador Juliano Loose Maus e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Andreia Lucrecio de Macedo, Assessora da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional, publicado no site do Tribunal e encaminhado ao Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT.

Marcelo Gonçalves de Oliveira
Vice-Corregedor Regional